

Indústria criou mais de 910 mil empregos em quatro anos

TCE-SP recomenda aprovação das contas de 2024 do Governo

Página 2

Febraban vê risco no uso de bets para lavagem de dinheiro do crime

Página 3

Família de turista brasileira vê negligência em resgate na Indonésia

A família da turista brasileira Juliana Marins, encontrada morta em uma cratera do Monte Rinjani, na Indonésia, acusou a equipe de resgate local de negligência. A mensagem foi publicada na quarta-feira (25) nas redes sociais. Para os familiares, se a equipe tivesse chegado ao local da queda em até sete horas, Juliana ainda estaria viva.

A jovem fazia uma trilha na borda do vulcão quando caiu na cratera e deslizou por centenas de metros na manhã de sábado (21). Segundo a Agência Nacional de Busca e Resgate da Indonésia (Basarnas), ela não foi resgatada a tempo por conta das condições meteorológicas, terreno complicado e problemas na logística das operações de resgate.

Apenas na terça-feira (24), um socorrista conseguiu chegar até ela, mas a brasileira já havia morrido. O corpo dela foi resgatado na manhã da quarta.

Veja a mensagem da família na íntegra: “Juliana sofreu uma grande negligência por parte da equipe de resgate. Se a equipe tivesse chegado até ela dentro do prazo estimado de 7h, Juliana ainda estaria viva. Juliana merecia muito mais! Agora nós vamos atrás de justiça por ela, porque é o que ela merece! Não desistam de Juliana!”

A Basarnas publicou, também nas redes sociais, imagens da operação de içamento do corpo de Juliana. Em meio aos vídeos, compartilhou mensagens de usuários locais que defendem o trabalho da equipe de resgate.

Um deles diz: “O caso da alpinista brasileira Juliana Marins, que caiu no barranco do Monte Rinjani, virou fofoca global com uma narrativa enganosa, como se nossa Basarnas fosse incompetente. Muitos até dizem que Juliana foi abandonada por 72 horas sem qualquer ajuda... que diabos!”.

Outra mensagem compartilhada fala de desconhecimento sobre as dificuldades da região e defende os socorristas. “Neste terreno, enevoadado e às vezes chuvoso, com barrancos, a mente e a energia estão no máximo. Mais ainda há pessoas que os criticam por ser lentos.” (Agência Brasil)

DÓLAR
Comercial
Compra: 5,55
Venda: 5,55
Turismo
Compra: 5,58
Venda: 5,76
EURO
Compra: 6,47
Venda: 6,47

Governo anuncia aumento do etanol na gasolina de 27% para 30%



Foto: José Cruz/ABr

Página 6

Cármem Lúcia vota pela responsabilização das redes por postagem ilegal

A ministra Cármem Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou na quarta-feira (25) a favor da responsabilização civil das plataformas que operam as redes sociais pelas postagens ilegais feitas por seus usuários. Com o

voto da ministra, a Corte formou placar de 8 votos a 2 pela inconstitucionalidade do Artigo 19 do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014), norma que estabeleceu os direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. Pág. 6

‘É hora de uma mudança estrutural na região central de SP’, diz Afif sobre Novo Centro Administrativo Campos Elíseos

O projeto do novo centro administrativo do Estado de São Paulo ganhou seu edital na terça-feira (24). Empresas interessadas em assumir o projeto têm até

o dia 6 de outubro para apresentar propostas. Uma vez escolhida, as obras devem se iniciar em 2027 e ser entregues em 2030. Página 2

Esporte

Porsche Cup retorna a Portugal com promessa de recordes

A Porsche Cup Brasil atravessa o Atlântico para dar início à sua sequência de provas na Europa em 2025. O Autódromo Internacional do Algarve, em Portimão, Portugal, recebe a quarta etapa da temporada Sprint, marcando o retorno da categoria ao circuito após 12 anos. Embora tenha visitado o Estoril no ano passado, é a primeira vez desde 2013 que a competição volta a acelerar em Portimão – agora com os modelos da geração 992 do Porsche 911 GT3 Cup que equipa a categoria desde 2022.

O circuito de 4.684 metros é conhecido entre os pilotos como uma verdadeira montanha-russa, graças ao seu traçado repleto de curvas cegas, mudanças de elevação e trechos de alta exigência técnica. A pista portuguesa já desafiou a geração anterior dos carros com tempos de volta na casa de 1min50s, mas versões europeias da Porsche Cup já cravaram voltas abaixo de 1min46

com os carros da geração atual — o que abre margem para um novo recorde da categoria brasileira em solo europeu.

Com 15 curvas e longos trechos de aceleração e frenagem, Portimão exige muito do conjunto mecânico, especialmente dos freios. A primeira curva é o trecho mais desafiador: os carros atingem 266 km/h antes da frenagem, que dura cerca de três segundos até a velocidade cair para 136 km/h, num percurso de 167 metros e com desaceleração de 12,4 m/s².

É nesse cenário de exigência extrema que entra em ação a tecnologia da Fremax. Fornecedora oficial da Porsche Cup Brasil há 18 anos, a marca brasileira equipa todos os carros da categoria com discos de freio que transferem inovadoras tecnologias de uso nas pistas para as ruas. Um exemplo disso são os discos eslotados que a Fremax entrega à categoria. As ranhuras nos discos ajudam a manter a área de contato sempre limpa, eliminando resíduos e favorecendo a eficiência da frenagem



Foto: Rafael Gagliano

Miguel Paludo lidera o campeonato da Carrera Cup com 100% de pódios nas etapas

mesmo sob alta temperatura. Outro diferencial é a composição Carbon+, que incorpora grafita ao disco, otimizando a troca de calor e aumentando a resistência ao empenamento — essencial para manter o desempenho ao longo de toda a corrida.

Com produção 100% nacional e presença em mais de 50 países, a Fremax consolida sua reputação como fornecedora de componentes de alta performance para veículos leves, incluindo modelos esportivos e superesportivos. A parceria técnica com a Porsche

Cup reforça o compromisso com qualidade, inovação e segurança, especialmente em um ano simbólico que celebra os 20 anos da categoria.

O fim de semana em Portimão também marca o encerramento da primeira metade do calendário Sprint. Na Carrera Cup, seis provas já foram disputadas (em Interlagos e no Velocitta) e resultaram em cinco vencedores diferentes. Miguel Paludo lidera o campeonato com 132 pontos e presença em todos os pódios, seguido por Christian Hahn, com 108, Thiago Vivacqua com 98, Alceu Feldmann (87) e o estreante Matheus Comparatto, que com 85 pontos fecha os cinco melhores. Na Challenge, a liderança é de Caio Chaves, também com 100% de pódios e 137 pontos. Gerson Campos e Leonardo Herrmann vêm logo atrás com 122 e 114 pontos, respectivamente; Lucas Locatelli (103) e Sadak Leite (101 pontos) completam o top-5.

Miguel Silva é oficializado como piloto da fábrica Techspeed

Com apenas 13 anos de idade, e ainda antes de completar sua terceira temporada completa no kartismo, o paulista Miguel Silva (RodOil/Shield Oil/SOS Bike Móvel) foi convidado pela fabricante Techspeed para ser piloto oficial da marca pela equipe Evolution Motorsport.

“Estou muito feliz e orgulhoso em anunciar que agora sou piloto Techspeed. Agradeço o reconhecimento e apoio, e irei me dedicar para alcançar os melhores resultados para a fábrica em todas as categorias em que competir”, anunciou Miguel Silva. “Terei o apoio do piloto e coach Alan Synthes na Evolution Motorsport, e vislumbro que teremos uma excelente sintonia que nos levará ao sucesso”, completou o piloto que no ano passado foi quem obteve mais pole positions e vitórias no Brasil na modalidade de 4 tempos, justamente com o chassi Techspeed.

O seu novo time também se animou com a chegada de ‘Miguel’ Silva. “Estou feliz com a entrada dele na Evolution Motorsport, como piloto oficial Techspeed. Ele é um excelente piloto, muito agressivo e dedicado nas corridas, acho que a gente tem tudo pra vencermos junto”, elogia o experiente Alan Synthes. “Com a entrada do Miguel na equipe, vamos trabalhar, unir forças,

e teremos bastante potencial na longa jornada até o final do ano para vencer corridas e campeonatos regionais e nacionais, inicialmente na OK Junior e F4 Júnior”, acredita o piloto e chefe de equipe.

Miguel Silva tem o apoio de RodOil/Shield Oil/SOS Bike Móvel/Techspeed.

TCE-SP recomenda aprovação das contas de 2024 do Governo

Em sessão extraordinária do Pleno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) na quarta-feira (25), os conselheiros do órgão recomendaram, de maneira unânime, a aprovação das contas do exercício fiscal de 2024 do Governo do Estado de São Paulo. Além disso, em etapa que antecedeu a sessão, pelo segundo ano consecutivo o Ministério Público de Contas (MPC) já havia opinado em seu relatório por parecer favorável à aprovação das contas da Administração Estadual.

É importante registrar o reconhecimento, por parte da Corte de Contas, dos avanços empreendidos pela atual gestão na superação de problemas estruturais

apontados há décadas. Merece destaque o impacto positivo do plano SP na Direção Certa, que permitiu um salto qualitativo na gestão dos benefícios fiscais, com significativa redução da renúncia associada.

“Os dados disponibilizados ao TCESP demonstram que a gestão atendeu aos principais limitadores constitucionais e legais, razão pela qual é possível afirmar que as contas se encontram equilibradas”, afirmou a procuradora geral do Ministério Público de Contas, Letícia Feres. A procuradora também deu destaque para os seguintes aspectos: O resultado da execução orçamentaria foi positivo com superávit de R\$ 8,28 bilhões, a despe-

sa de pessoal total correspondeu a 49,62% respeitando o limite de 60%, ao passo que o gasto com pessoal do Poder Executivo correspondeu a 42,19%, acatando o limite de 49%, previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Em sua sustentação oral, o procurador-chefe da Procuradoria da Fazenda do Estado de São Paulo, Denis Dela Vedova, apontou dados que demonstram inequívoco compromisso com a gestão fiscal responsável em 2024, com o cumprimento de todos os limites estabelecidos pela LRF. Ele também destacou uma importante iniciativa de 2024:

“Não se pode olvidar que a instrução processual reconhece que o plano SP na Direção Certa resultou na reavaliação de 263 benefícios fiscais ao longo de 2024, gerando redução de cerca de 10 bilhões na renúncia fiscal, demonstrando gestão criteriosa e responsável de incentivos tributários”, ressaltou.

O conselheiro Dimas Ramalho foi o relator das contas de 2024 do Governo do Estado. Ele destacou que houve avanços importantes em relação à transparência e recomendações realizadas pelo controle externo. “Voto pela emissão de prever favorável às contas do governador

Tarcísio em 2024”, disse. O relator continuou: “As finanças públicas de 2024 revelaram números satisfatórios. Houve superávit financeiro de R\$ 21,2 bilhões. O resultado patrimonial foi positivo em R\$ 75,4 bilhões”.

Na sequência da sessão, os conselheiros votaram de maneira unânime pela aprovação das contas de 2024, restando alguns apontamentos de fundo e recomendações para análise do Governo do Estado, que segue em processo contínuo de aprimoramento, buscando a harmonização com as melhores práticas em matéria de contabilidade pública. Tal fato foi corroborado pela conse-

lheira Cristiana de Castro Moraes: “Importante destacar o avanço em 2024 no intercâmbio de informações entre as equipes técnicas da Sefaz-SP e do TCESP, no sentido de induzir o aprimoramento da máquina pública”.

O Governo do Estado ressalta a importância do controle externo em contribuir com o aprimoramento da gestão pública. Todas as ressalvas e recomendações apontadas serão analisadas com atenção e o Estado entenderá os melhores esforços para seu atendimento, reafirmando o compromisso com a transparência, o equilíbrio fiscal e a eficiência. (Governo de SP)

Governo firma novos convênios e amplia acesso a crédito rural para compra de tratores

Com foco na modernização de máquinas no campo e no fortalecimento da agricultura familiar, o Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, firmou novos convênios com cooperativas de crédito para expansão do FEAP Pró-Trator e Implementos. As parcerias foram oficializadas com o Banco Cooperativo Sicredi, o Banco Cooperativo Sicoob e a Cooperativa Central de Crédito Cresol Baser.

Com os novos convênios, as cooperativas passam a operar as linhas de crédito do programa, realizando a análise das propostas, a liberação dos recursos e a aplicação direta do subsídio sobre o saldo devedor do financiamento.

“O governo de SP quer apoiar o produtor a reduzir o custo final do financiamento, o que facilita o acesso a máquinas e equipamentos, promovendo a modernização e o aumento da produ-

tividade no campo”, comenta o secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Guilherme Piai.

O Pró-Trator é uma linha de crédito rural criada para facilitar a aquisição de tratores e implementos por pequenos e médios produtores paulistas. A principal vantagem do programa é o subsídio de 50% da taxa de juros pelo Estado — ou seja, metade da taxa Selic em vigor é custeada

pelo Fundo de Expansão do Agropécua Paulista (FEAP).

Outro diferencial é o limite de financiamento de até R\$50 mil por produtor, o que garante maior capilaridade e permite atender um número maior de beneficiários em todas as regiões do estado. Os recursos podem ser utilizados para a compra de tratores novos, de fabricação nacional, com potência de até 125 cavalos. (Governo de SP)

Lançada nova linha de crédito para fortalecer a pecuária de corte

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo anuncia o lançamento da nova linha de crédito FEAP SP – Projeto Pecuária de Corte, voltada ao fortalecimento da bovinocultura paulista. Com investimento de R\$ 10 milhões, a iniciativa tem como objetivo estimular a modernização da atividade, ampliar a produtividade, reduzir custos e promover a qualidade da carne produzida em território paulista.

O lançamento oficial da linha está previsto para a próxima semana, como parte da política pública da Secretaria para

o desenvolvimento sustentável da cadeia da carne bovina. A medida busca não apenas impulsionar o crescimento econômico do setor, mas também consolidar boas práticas de manejo, sanidade e nutrição, promovendo um modelo de produção mais eficiente e competitivo.

“A nova linha de crédito para pecuária de corte responde a uma demanda do setor. O objetivo é modernizar estruturas, melhorar o manejo, reduzir custos e qualificar a produção, ampliando o acesso a mercados e a rentabilidade do produtor”, acrescenta o secretário de Agricultura e Abas-

tecimento do Estado de São Paulo, Guilherme Piai.

Com teto de financiamento de até R\$ 150 mil por produtor rural, a linha de crédito viabiliza a aquisição e/ou construção de estruturas essenciais para o manejo e bem-estar animal, como currais, troncos de contenção, bretes, balanças, bebedouros, cochos, sombreadores e sistemas de captação de água. O programa também contempla investimentos em genética animal, incentivando a compra de reprodutores Puros de Origem (P.O.) com alto valor genético, em consonância com os objetivos do

programa Pró-Genética.

A nova linha do FEAP é voltada a produtores de todo o território paulista e reforça o compromisso do Governo de São Paulo com a valorização do agronegócio, em especial da pecuária de corte.

Com esta nova iniciativa, a expectativa é fomentar o avanço tecnológico na bovinocultura, estimular o melhoramento genético dos rebanhos e ampliar a adoção de práticas sustentáveis, preparando o setor para os desafios e oportunidades do mercado contemporâneo. (Governo de SP)

Procon-SP multa banco em mais de R\$ 13 mil por descontos indevidos em conta corrente

O Procon-SP aplicou uma multa de R\$ 13.522.436,17 ao Banco Pan S/A por infração ao Código de Proteção e Defesa do Consumidor. Foram registradas pelos consumidores reclamações contra o banco por ter realizado descontos de valores

decorrentes de empréstimo consignado, sem autorização. De acordo com análise, verificou-se que a empresa não comprovou a contratação dos empréstimos, o que caracteriza prática abusiva.

Termos de Uso

Da análise dos Termos de Uso disponibilizado no site oficial do Banco Pan, constatou-se que a instituição impõe algumas cláusulas em que se isenta de responsabilidade por fatos decorrentes do uso indevido do seu site. Tais cláusulas

são abusivas e desrespeitam o Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

A multa foi aplicada e calculada de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, garantida a ampla defesa. (Governo de SP)

‘É hora de uma mudança estrutural na região central de SP’, diz Afif sobre Novo Centro Administrativo Campos Eliseos

O projeto do novo centro administrativo do Estado de São Paulo ganhou seu edital na terça-feira (24). Empresas interessadas em assumir o projeto têm até o dia 6 de outubro para apresentar propostas. Uma vez escolhida, as obras devem se iniciar em 2027 e ser entregues em 2030. Em entrevista à Agência SP, o secretário de Projetos Estratégicos do Estado, Guilherme Afif, detalhou o projeto.

Como será o novo complexo administrativo do Governo no Centro?

A nova sede do Governo de São Paulo será no Palácio dos Campos Eliseos, localizado na região central da capital. No entorno da Praça Princesa Isabel, a concessionária construirá os edifícios que abrigarão as secretarias do Estado. Para isso, os investimentos estão estimados em R\$ 5,4 bilhões. A iniciativa integra o Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP).

“É o maior plano de urbanização feito em São Paulo nos últimos tempos. Para investir na recuperação do centro, não adiantava só ter medidas paliativas. Era

preciso uma mudança estrutural. Mudar o Governo, com 22 mil funcionários, é um choque de progresso na região”, diz Afif. A concessão será feita no modelo de Parceria Público-Privada (PPP), com contrato de 30 anos. O leilão está previsto para o dia 10 de outubro o contrato com a futura concessionária deve ser assinado até o final de 2025.

Como ficará o centro de São Paulo com a mudança?

A construção do novo centro exige mudanças na região. O terminal de ônibus Princesa Isabel, localizado na frente do Palácio Campos Eliseos, será removido e realocado para a avenida Cásper Líbero, próximo à Estação da Luz. “Está dentro da mesma região e nenhuma linha será alterada. Todas continuarão passando por lá”, explica o secretário.

Além disso, haverá desapropriação de moradias. Nesse caso, o Governo de São Paulo garantirá assistência à população impactada pelas mudanças. “Ela ficará dentro de uma mesma área próxima desse centro, porque ela já vive no bairro. Não queremos tirar essa oportunidade de permanecer”, esclarece Afif.

A concessionária responsável pelo projeto ficará encarregada das desapropriações. De acordo com o cronograma do projeto, o processo de desapropriação, juntamente com a provisão de novas moradias, ocorrerá em 2026.

O que acontecerá com o Palácio dos Bandeirantes?

Atualmente, o Palácio dos Bandeirantes, localizado na região do Morumbi, zona sul de São Paulo, é a sede do Governo de São Paulo. Com a mudança para o centro da capital, o Palácio dos Bandeirantes permanecerá como a residência oficial do governador.

Já o novo centro da região dos Campos Eliseos será local de despacho “para facilitar a vida dos secretários e das várias autarquias que têm despachos permanentes no Palácio [dos Bandeirantes]. Em vez de atravessar a cidade, se atravessa a rua ou a praça, e o governador está lá para despachar”.

Eficiência de gastos

O secretário menciona que a mudança do centro administrativo promoverá uma economia de gastos. Atualmente, a administra-

ção estadual está distribuída em 40 imóveis, que somam 800 mil metros quadrados de ocupação. A mudança reduzirá o espaço ocupado a 250 mil metros quadrados, o que reduzirá gastos com manutenção.

A nova estrutura terá capacidade para cerca de 22,7 mil servidores, distribuídos em sete edifícios e dez torres. O complexo contará também com teatro, auditórios, salas multiuso e outros espaços.

Além disso, surgem novas possibilidades de arrecadação: “Aqueles [edifícios] que não são tombados podem ser vendidos. Você tem um balanceamento de custos muito favorável à concentração”.

SP em 3, 2, 1

OSP em 3, 2, 1 é um programa da Agência SP que traz entrevistas curtas sobre temas relevantes para a população de São Paulo. Integrantes do Governo de São Paulo respondem toda semana três perguntas sobre assuntos variados, sempre pensando em levar informações de forma fácil e direta. Os episódios são publicados no Youtube oficial do Governo de São Paulo. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Tribunal de Contas Município de São Paulo, presidido pela 1ª vez por um engenheiro civil [ex-vereador Domingos Dissei] vai aprovar [ainda que for com recomendações] as contas 2024 do prefeito Ricardo Nunes (MDB)

PREFEITURA (São Paulo)

Embora não tenha aparecido pro mundo, o cristão e prefeito reeleito Ricardo Nunes (MDB) cumpriu seu papel [em Roma / Vaticano] ao visitar o papa Leão 14. Afinal, Nunes é católico apostólico romano desde criancinha

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Ainda que não for candidato a vice-governador ou deputado federal, o presidente André Prado (PL) terá votação recorde se for candidato à reeleição em 2026 e poderá disputar seguir presidindo a mesa diretora do parlamento

GOVERNO (São Paulo)

Tribunal de Contas Estado de São Paulo vai aprovar as contas 2024 do governador Tarcísio Freitas (Republicanos). O conselheiro Dimas Ramalho segue sendo exemplo do que é ser um corregedor que honra aquela instituição centenária

CONGRESSO (Brasil)

Levantamento da Paraná Pesquisa demonstrou mais um aumento da rejeição ao governo do presidente Lula (dono do PT). Por conta disso, até o Republicanos do presidente da Câmara e o União do presidente do Senado podem cair fora

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Enquanto o ex-tucano e ex-governador SP Alckmin [hoje vice-presidente do Lulismo 3] tem várias opções nas eleições 2026, o quase octogenário Lula (ainda dono do PT) segue colhendo resultados de não ter formado novas lideranças petistas

PARTIDOS (Brasil)

Ex-presidente Temer tá achando ótimo a possível federação com o Republicanos [e até mesmo o PSD do também libanês Kassab]. Na prática, é a sequência do processo de ‘extinção’ de muitos dos atuais [até alguns médios] 29 partidos

JUSTIÇAS (Brasil)

Tá nas mãos dos 10 ministros e 1 ministra do Supremo Tribunal Federal constitucionalizar ou não o artigo 19 do Marco Civil da Internet. Em jogo, o que vai poder ou não ser dito e mostrado em relação às liberdades [de expressão] e imprensa

ANO 33

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa [brasileira] desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (São Paulo) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - “Como pode o jovem manter pura a sua conduta? Vivendo de acordo com a tua palavra” **Salmos 119.9**

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50
Impressão: Gráfica Pana

Indústria criou mais de 910 mil empregos em quatro anos

A indústria brasileira criou 910,9 mil vagas de emprego no acumulado de 2019 a 2023. Esse dado representa crescimento de 12% no número de postos de trabalho e fez o setor alcançar o total de 8,5 milhões de pessoas ocupadas em 376,7 mil empresas. A constatação faz parte da Pesquisa Industrial Anual, divulgada na quarta-feira (25) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os novos dados apontam curva de quatro anos seguidos com aumento de trabalhadores e o maior número de empregados desde 2015, quando a indústria ocupava 8,1 milhões de pessoas. No entanto, o nível de emprego no setor em 2023 apresentou recuo de 3,1% ante 2014, isto é, menos 272,8 mil pessoas ocupadas em dez anos.

As informações consolidadas de 2023 foram passadas pelas companhias no ano seguinte, de forma que os pesquisadores concluíram o estudo apenas em 2025.

Alimentos são destaque

Ao classificar as empresas por atividade, a pesquisa mostra que a fabricação de produtos alimentícios se destaca duplamente: além de ser o ramo que mais contrata, é o que teve maior crescimento no número de trabalhadores.

De 2019 para 2023, o número

de ocupados na indústria alimentícia aumentou em 373,8 mil, fazendo a atividade somar 2 milhões de trabalhadores.

Esse patamar faz com que os fabricantes de alimentos empregassem 23,6% da mão de obra da indústria brasileira. Isso significa praticamente uma em cada quatro pessoas ocupadas.

O analista da pesquisa, Marcelo Miranda, explica que ao buscar os dados, o IBGE não questiona as empresas sobre motivos que levam a determinados comportamentos, como o aumento de produção. Mas ele acredita que o destaque do setor de alimentos pode ser justificado por questões internas e externas.

“O setor de alimentos é de grande força. O quarto maior produto é a carne bovina”, afirma ele, lembrando que pode ter havido “melhora na expectativa de consumo, na demanda do mundo pelos produtos brasileiros e a demanda interna”.

De todas as 29 atividades econômicas apuradas pelo IBGE, apenas duas apresentaram recuo no número de empregados de 2019 a 2023:

Fabricação de coque (combustível derivado do carvão), de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis: menos 106,2 mil

Impressão e reprodução de gravações: menos 3 mil pessoas

Empregos por setor

Os pesquisadores identificaram que as empresas industriais apresentavam média de 23 trabalhadores.

No entanto, havia grande diferença entre empresas da indústria extrativista, como a exploração de petróleo e mineração. Por exemplo, na fabricação de coque, derivados do petróleo e de biocombustíveis, a média era de 436 pessoas por empresa. Na extração de minerais metálicos, 262 postos de trabalho.

Remuneração

O levantamento aponta que a remuneração média mensal na indústria ficou em 3,1 salários mínimos. Esse patamar é o mesmo de 2019 e de 2022, mas fica abaixo de 2014 (3,5 salários mínimos). No início da série histórica da pesquisa, em 2007, a remuneração média era de 3,7 salários mínimos.

O IBGE explica que os valores de remuneração não são deflacionados, isto é, não é levada em conta a inflação do período, por isso a comparação é feita em relação ao salário mínimo do ano de cada pesquisa.

Mesmo assim, a publicação adverte que a interpretação desses resultados deve ser realizada com cautela, pois os valores podem refletir as mudanças de reajuste do salário mínimo no país. Quando o assunto é remunera-

ção média, a indústria extrativa se destaca positivamente.

Receitas e PIB

As indústrias brasileiras apresentaram R\$ 6,45 trilhões de receita líquida de venda em 2023. Desse acumulado, 67,9% vão para as companhias com 500 ou mais empregados.

Levando para o cálculo informações sobre valor de estoque e custos, como transporte e maquinário, o IBGE estima que a indústria tenha valor de transformação industrial de R\$ 2,4 bilhões. Esse montante pode ser entendido como a contribuição das empresas industriais para o conjunto da economia brasileira, o Produto Interno Bruto (PIB).

Ao classificar os dados por ramos de atuação, novamente o IBGE aponta destaque para a indústria de alimentos, líder em participação na contribuição para o PIB, enquanto a fabricação de veículos perde espaço no intervalo de dez anos.

Ao comparar dados de dez anos, o IBGE ressalta que a produção de petróleo praticamente dobrou a participação (6% para 11,5%), passando da quinta para segunda posição no ranking.

Em sentido contrário, a fabricação de veículos recuou de 7,5% para 5,7% de participação, deixando de ocupar o terceiro lugar.

Em 2023, nas 27 unidades da Federação, 18 tinham a fabrica-

ção de alimentos como principal indústria em termos de contribuição para o PIB.

São Paulo como locomotiva

O estudo mostra que a Região Sudeste representava 60,9% do valor de transformação industrial em 2023, seguida pelo Sul (18,7%), Nordeste (8,2%), Norte (6,2%) e Centro-Oeste (6,1%).

Os números reforçam que São Paulo puxa o parque fabril nacional. De cada R\$ 3 que as fábricas brasileiras adicionam ao PIB, aproximadamente R\$ 1 é originado em São Paulo.

O panorama de 2023 é parecido com o de 2014, contando apenas com inversão entre Rio de Janeiro (era 11%) e Minas Gerais (era 11,3%).

De acordo com o analista Marcelo Miranda, a troca entre os dois estados não é uma novidade. “É uma variação, os dois ficam trocando de posição com alguma frequência”, diz.

Em dez anos, cada um desses dois estados ficou na segunda posição em cinco ocasiões, sem-

pre atrás de São Paulo.

Dados de 2025

No acumulado dos últimos 12 meses, conforme dados do IBGE em junho, o setor industrial avançou 2,4%, com taxas positivas em doze dos 18 locais analisados, com destaque para o Pará (9%), Santa Catarina (7,4%) e Paraná (5,6%).

Dos seis locais em queda, os resultados mais expressivos foram observados no Rio Grande do Norte (-6,6%) e no Espírito Santo (-5,2%).

Em maio, o governo federal anunciou R\$ 10 bilhões para empresas na Região Nordeste interessadas em obter financiamento público. Os recursos estão disponíveis para cooperativas, empresas brasileiras e estrangeiras com projetos em andamento ou que planejem novos investimentos na região, com orçamento superior a R\$ 10 milhões. Os interessados devem apresentar planos de negócio até 15 de setembro deste ano. (Agência Brasil)

Febraban vê risco no uso de bets para lavagem de dinheiro do crime

O presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, manifestou preocupação com o uso das apostas esportivas online, as chamadas bets, para a lavagem de dinheiro. Segundo ele, poder público e sociedade precisam atuar de forma conjunta para evitar que esse tipo de jogo seja usado como ferramentas de operação financeira para atividades ilícitas.

“Os jogos on-line de apostas são um canal de risco para lavagem de dinheiro. Estado e o setor privado precisam agir com firmeza para não permitir que o crime organizado os use para ampliar seus tentáculos e suas operações financeiras”, disse o presidente da Febraban na quarta-feira (25), durante seminário sobre lavagem de dinheiro e enfrentamento ao cri-

me organizado no Brasil, em Brasília.

O evento foi promovido pelo Instituto Esfera Brasil e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Isaac Sidney lembrou que a atividade é fruto de uma decisão legislativa.

“Há muito a ser feito sob o ponto de vista regulatório e de fiscalização. O poder público precisa separar joio do trigo e cuidar da saúde mental das pessoas”, acrescentou ao lembrar que, além do risco de serem usadas para lavar dinheiro advindo do crime, as bets representam risco para pessoas viciadas em jogos.

“Vemos um bombardeio de publicidade, enquanto empresas se movimentam nas sombras, até para ganhar em cima de pessoas com vulnerabilidade”, completou. (Agência Brasil)

Nível do Rio Guaíba extrapola cota de inundação em Porto Alegre

O nível do Rio Guaíba chegou a 3,01 metros de profundidade próximo ao Cais Mauá, no centro histórico de Porto Alegre (RS), na manhã da quarta-feira (25). Com isso, o volume de água superou a cota de inundação que, no local, é de 3 metros. Contudo, até a publicação desta reportagem, não havia registros de transbordamentos na área.

Próximo à Usina do Gasômetro, a cerca de dois quilômetros, o nível do mesmo rio atingiu 3,44 metros perto das 7h da quarta-feira, quando começou a baixar. Segundo dados do Departamento de Recursos Hídricos e Saneamento (DRHS), por volta das 9h, a profundidade era de 3,43 metros – 17 centímetros abaixo da cota de inundação que, naquele ponto, é de 3,60 metros.

De acordo com a Defesa Civil estadual, existe a possibilidade do nível do rio voltar a subir mais um pouco nas próximas 24 horas, nos dois principais pontos de medição, devido ao volume das chuvas que atingiram os vales do Taquari e do Cai nas últimas 72 horas - e que vão desaguar no Guaíba. Além disso, está prevista uma mudança na direção dos ventos a partir da madrugada desta quinta-feira (25).

O Guaíba atingiu a cota de inundação no último dia 20, devido às fortes chuvas que atingem parte do Rio Grande do Sul. Desde então, a prefeitura de Porto Alegre vem adotando medidas para tentar evitar ou ao menos minimizar as possíveis consequências do grande volume d'água, como a revisão do sistema de proteção contra as chei-

as, a interdição temporária e a instalação de telas de proteção em parte da orla do Guaíba.

Segundo a prefeitura, as 23 casas de bombas, que são responsáveis por bombear milhares de litros de água por segundo das redes de esgotos a fim de evitar o transbordamento de canais, bocas-de-lobo e poços-de-visita, estão funcionando perfeitamente.

Rio dos Sinos

Em São Leopoldo, na região metropolitana de Porto Alegre, o nível do Rio dos Sinos continua baixando lentamente, mas segue acima da cota de inundação, causando danos e transtornos para os moradores de algumas áreas da cidade onde ruas foram tomadas pelas águas nos últimos dias.

Um dos locais afetados pelas consequências das chuvas dos últimos dias foi o Museu do Rio, espaço cultural localizado às margens do rio, na Rua da Praia. As águas chegaram ao terreno, mas não invadiram o prédio. Até esta manhã, a via permanecia parcialmente tomada pelas águas. Há pouco mais de um ano, durante as chuvas que castigaram o Rio Grande do Sul, o nível das águas que invadiram o Museu do Rio chegou a quase 2 metros de altura.

De acordo com o DRHS, às 9h da quarta-feira, o nível do rio estava em 4,89 metros – 5 centímetros abaixo dos 4,94 metros registrados à meia-noite de terça-feira. Na localidade, o volume d'água chegou a 5,25 metros na última segunda-feira (23). (Agência Brasil)

Caixa dá até 90% de desconto em dívidas renegociadas por clientes

Tudo em Dia Caixa é o nome da campanha que a Caixa Econômica Federal lançou para ajudar os clientes (pessoas físicas e empresas) a quitarem suas dívidas comerciais, com até 90% de desconto.

O banco público estima que cerca de 5,8 milhões de clientes, sendo 5,3 milhões de pessoas físicas e 476 mil pessoas jurídicas, podem regularizar seus débitos, abrangendo um total de 8,5 milhões de contratos.

Mais de 85% dos clientes deste público alvo da campanha podem liquidar suas dívidas pagando até R\$ 2 mil, calcula a instituição financeira. Não há limite de dívida.

Após o pagamento do boleto, o contrato é confirmado. Com isso, o nome do cliente será retirado dos cadastros de restrição de crédito (como SPC/Serasa) em

até cinco dias úteis e a pessoa volta a ter acesso a crédito.

Onde negociar

As negociações dos débitos em atraso podem ser podem ser realizadas presencialmente por canais digitais e remotos do banco. São eles:

em qualquer agência bancária da Caixa Econômica Federal; em casas lotéricas, é possível ter acesso às condições especiais para quitação de valores até R\$ 5 mil reais, informando o Cadastro de Pessoa Física (CPF); no site da campanha Tudo em Dia Caixa;

pelo aplicativo Cartões Caixa; pelo WhatsApp 0800 104 0104, disponível de segunda a sexta, exceto feriados (das 8 horas às 18 horas);

pelo telefone Alô Caixa: 4004 0104 (para ligações feitas a partir de uma das 27 capitais) e 0800

104 0 104 (demais localidades), entre 8 horas e 20 horas.

Durante o período da campanha, o caminhão Tudo em Dia Caixa estará presente em várias cidades prestando atendimento em locais de fácil acesso. A rota atualizada com as cidades que receberão o caminhão pode ser consultada no site da Caixa.

Outras dívidas

As dívidas em atraso fora da campanha de descontos e aquelas de contratos habitacionais também podem ter condições de especiais para negociação, esclareceu o banco.

Para estes casos, a Caixa também disponibiliza:

renegociação de dívidas em até 120 meses (10 anos); parcelamento das faturas e de cartões de crédito pelo aplicativo cartões Caixa;

Já os titulares de contratos

de Rio Grande do Sul. Catar, Emirados Árabes e Jordânia estão com a exportação suspensa apenas para produto oriundo do município de Montenegro.

O ministério informou que permanece em articulação com as autoridades sanitárias dos países importadores para prestar todas as informações técnicas necessárias sobre o caso.

“As ações adotadas visam garantir a segurança sanitária e a retomada segura das exportações o mais breve possível.”

O que é a gripe aviária?

A influenza aviária, comumente conhecida como gripe avi-

ária, afeta principalmente aves, mas também foi detectada em mamíferos, incluindo bovinos.

A transmissão ocorre pelo contato com aves doentes e também por meio da água e de materiais contaminados.

A doença raramente afeta humanos, e a orientação é que as pessoas se mantenham informadas e adotem as medidas preventivas recomendadas.

Segundo o Ministério da Agricultura, carnes e ovos podem ser consumidos com segurança, desde que preparados adequadamente. (Agência Brasil)

governo de Donald Trump afirmou que os funcionários dos consulados serão obrigados a realizar uma “verificação abrangente e completa” de todos os candidatos a estudantes e participantes de intercâmbio para identificar aqueles que “têm atitudes hostis” em relação aos cidadãos, cultura, governo, instituições ou princípios fundadores dos Estados Unidos. (Agência Brasil)

justificou com o argumento de que utiliza de “todas as informações disponíveis” para saber se os solicitantes de visto de entrada nos Estados Unidos representam ou não uma ameaça à segurança daquele país.

A nota divulgada na quarta-feira direciona ao público brasileiro uma medida anunciada há uma semana pelo Departamento de Estado dos EUA. Na ocasião, um telegrama desse órgão do

perfis de mídias sociais para o modo “público”, afirmou a embaixada, em nota divulgada em seu site oficial.

O visto do tipo F é solicitado por quem pretende entrar no país para estudar em uma universidade ou escola. O visto do tipo M serve para estudantes de instituições vocacionais ou não acadêmicas. E o visto J é para estudantes de intercâmbio.

O governo norte-americano



SÃO PAULO AUTO MOTOR CLUBE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do SÃO PAULO AUTO MOTOR CLUBE, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os Srs. Associados do clube, em dia com as suas obrigações estatutárias e com direito a voto, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em sua sede a Avenida do Jangadeiro, 590, térreo, Interlagos – SP, no dia 15 de julho de 2025. nos termos do Estatuto. A Assembleia instalar-se-á em 1ª chamada às 14:00 horas com comparecimento de 2/3 de seus membros com direito a voto e em 2ª chamada às 15 horas, com a presença mínima de 1/3 de seus filiados com direito a voto para deliberar sob a seguinte ORDEM DO DIA: Eleição da Diretoria e Conselho Fiscal para o quadriênio 2025 a 2029.

São Paulo 23 de junho de 2025

JURACI DE SOUZA OLIVEIRA
PRESIDENTE.

== Ampibar Environment Residential Collection S.A. ==

CNPJ nº 10.652.751/0001-46 – NIRE 35.3.0064220-2

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária a ser Realizada em 4 de Julho de 2025

A Ampibar Environment Residential Collection S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua João Antônio de Oliveira, 453, Móoca, CEP 03111-010, inscrita no CNPJ sob nº 10.652.751/0001-46 (“**Companhia**”), nos termos do Artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“**Lei das Sociedades por Ações**”), vem, por meio deste edital, convocar os senhores acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (“**Assembleia**”), a ser realizada na sede da Companhia, em primeira convocação, no dia 4 de julho de 2025, às 10 horas, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Eleição de novo Diretor Administrativo para a Companhia; e (ii) Autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários para a implementação de deliberação acima, caso aprovada. Os acionistas que forem representados por procurador deverão observar o disposto no Artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, sendo necessária a apresentação de cópia simples do instrumento de mandato e do documento de identificação com foto do procurador que comparecerá à Assembleia. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no Artigo 126, §1º da Lei das Sociedades por Ações, e pessoas jurídicas ou fundos de investimento acionistas da Companhia poderão ser representados por procurador constituído em conformidade com o contrato social ou estatuto social próprio ou do administrador/gestor, conforme o caso, e segundo as normas da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (“**Código Civil**”), sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. Em cumprimento ao disposto no Artigo 654, §1º e §2º do Código Civil, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi outorgada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, sendo aceita assinatura digital, por meio de certificado digital. Os respectivos instrumentos de mandato deverão ser depositados, na sede da Companhia com 3 dias de antecedência da data da Assembleia. A Companhia informa que dispensará o reconhecimento de firma e autenticação por cartório dos documentos apresentados. São Paulo, 24 de junho de 2025. **Thiago da Costa Silva**, Diretor Financeiro; Luciano Freire Barca Nascimento, Diretora Adjunta; Felipe Lagrotta Nassar Cury, Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios.

== Juntos Somos Mais Fidelização S.A. ==

CNPJ/MF nº 29.894.630/0001-39 – NIRE 35.300.534.301

Edital de Convocação

Ficam os Senhores Acionistas da Juntos Somos Mais Fidelização S.A. (“**Companhia**”) convocados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (“**Assembleia**”), a ser realizada em 07 de julho de 2025, às 10:00 horas, horário de Brasília, **de forma exclusivamente digital**, com transmissão simultânea por meio da plataforma digital Microsoft Teams, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) a proposta de aumento do capital social da Companhia, no valor de até R\$9.595.567,42 (nove milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, quinhentos e sessenta e sete reais e quarenta e dois centavos), mediante a emissão de até 12.951.422 (doze milhões, novecentos e cinquenta e uma mil e quatrocentos e vinte e duas) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e até 15.561 (quinze mil e quinhentas e sessenta e uma) novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$0,74 (setenta e quatro centavos) por ação, e, conforme aplicável, correspondente alteração do artigo 5º do Estatuto Social; e (ii) autorização à administração da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das matérias aprovadas. A Assembleia será transmitida digitalmente por meio do sistema Microsoft Teams, por meio do qual os acionistas poderão ver e ser vistos, ouvir e se manifestarem simultaneamente. Para tanto, um e-mail será enviado aos acionistas, contendo todas as orientações técnicas de acesso ao sistema e de participação remota. Para que os representantes legais ou procuradores dos acionistas possam participar da Assembleia, deverão encaminhar à Companhia, preferencialmente, até às 16:00 horas, horário de Brasília, do dia 04 de julho de 2025, cópias dos seguintes documentos, conforme aplicáveis: (i) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante, e do procurador, (ii) em caso de pessoas jurídicas, cópia simples ou original do seu contrato/estatuto social consolidado em vigor, devidamente registrado no respectivo órgão de registro; e (iii) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei. Os documentos e a solicitação de instruções para participação de forma remota deverão ser enviados para a Companhia por meio do seguinte e-mail: filipe.silva@juntosomsmas.com.br. São Paulo, 24 de junho de 2025. Conselho de Administração, p. Osvaldo Ayres Filho - Presidente. (24, 25 e 26/04)

== Juntos Somos Mais Fidelização S.A. ==

CNPJ/MF nº 29.894.630/0001-39 – NIRE 35.300.534.301

Edital de Convocação

Ficam os Senhores Acionistas da Juntos Somos Mais Fidelização S.A. (“**Companhia**”) convocados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (“**Assembleia**”), a ser realizada em 07 de julho de 2025, às 10:30 horas, horário de Brasília, **de forma exclusivamente digital**, com transmissão simultânea por meio da plataforma digital Microsoft Teams, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) a proposta de aumento do capital social da Companhia, no valor de até R\$25.281.640,80 (vinte e cinco milhões, duzentos e oitenta e uma mil, seiscientos e quarenta reais e oitenta centavos), mediante a emissão de até 14.026.443 (quatorze milhões, vinte e seis mil e quatrocentos e quarenta e três) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e até 18.913 (dezoito mil e novecentos e treze) novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,80 (um real e oitenta centavos) por ação, e, conforme aplicável, correspondente alteração do artigo 5º do Estatuto Social; e (ii) autorização à administração da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das matérias aprovadas. A Assembleia será transmitida digitalmente por meio do sistema Microsoft Teams, por meio do qual os acionistas poderão ver e ser vistos, ouvir e se manifestarem simultaneamente. Para tanto, um e-mail será enviado aos acionistas que o solicitarem, contendo todas as orientações técnicas de acesso ao sistema e de participação remota. Para que os representantes legais ou procuradores dos acionistas possam participar da Assembleia, deverão encaminhar à Companhia, preferencialmente, até às 16:00 horas, horário de Brasília, do dia 04 de julho de 2025, cópias dos seguintes documentos, conforme aplicáveis: (i) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante, e do procurador; (ii) em caso de pessoas jurídicas, cópia simples ou original do seu contrato/estatuto social consolidado em vigor, devidamente registrado no respectivo órgão de registro; e (iii) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei. Os documentos e a solicitação de instruções para participação de forma remota deverão ser enviados para a Companhia por meio do seguinte e-mail: filipe.silva@juntosomsmas.com.br. São Paulo, 24 de junho de 2025. Conselho de Administração, p. Osvaldo Ayres Filho - Presidente. (24, 25 e 26/04)

== Juntos Somos Mais Fidelização S.A. ==

CNPJ/MF nº 29.894.630/0001-39 – NIRE 35.300.534.301

Edital de Convocação

Ficam os Senhores Acionistas da Juntos Somos Mais Fidelização S.A. (“**Companhia**”) convocados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (“**Assembleia**”), a ser realizada em 07 de julho de 2025, às 11:00 horas, horário de Brasília, **de forma exclusivamente digital**, com transmissão simultânea por meio da plataforma digital Microsoft Teams, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) a proposta de aumento do capital social da Companhia, no valor de até R\$39.115.542,06 (trinta e nove milhões, cento e quinze mil, quinhentos e quarenta e dois reais e seis centavos), mediante a emissão de até 14.682.693 (quatorze milhões, seiscientos e oitenta e duas mil e seiscientos e noventa e três) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e até 22.398 (vinte e duas mil e trezentas e noventa e oito) novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$2,66 (dois reais e sessenta e seis centavos) por ação, e, conforme aplicável, correspondente alteração do artigo 5º do Estatuto Social; e (ii) autorização à administração da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das matérias aprovadas. A Assembleia será transmitida digitalmente por meio do sistema Microsoft Teams, por meio do qual os acionistas poderão ver e ser vistos, ouvir e se manifestarem simultaneamente. Para tanto, um e-mail será enviado aos acionistas que o solicitarem, contendo todas as orientações técnicas de acesso ao sistema e de participação remota. Para que os representantes legais ou procuradores dos acionistas possam participar da Assembleia, deverão encaminhar à Companhia, preferencialmente, até às 16:00 horas, horário de Brasília, do dia 04 de julho de 2025, cópias dos seguintes documentos, conforme aplicáveis: (i) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante, e do procurador; (ii) em caso de pessoas jurídicas, cópia simples ou original do seu contrato/estatuto social consolidado em vigor, devidamente registrado no respectivo órgão de registro; e (iii) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei. Os documentos e a solicitação de instruções para participação de forma remota deverão ser enviados para a Companhia por meio do seguinte e-mail: filipe.silva@juntosomsmas.com.br. São Paulo, 24 de junho de 2025. Conselho de Administração, p. Osvaldo Ayres Filho - Presidente. (24, 25 e 26/04)

CBE - COMPANHIA BRASILEIRA DE EMBALAGENS

CNPJ/MF nº 10.534.653/0001-04 – NIRE 35.300.363.868 – SOCIEDADE ANÔNIMA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da CBE - COMPANHIA BRASILEIRA DE EMBALAGENS, CNPJ/MF nº 10.534.653/0001-04, sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.311, 4º andar, conjunto 42, sala 5, Bairro Itaim Bibi, CEP 04538-133 (“**Companhia**”) convocados para se reunir em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária no dia 08/07/2025, às 10:30, assembleia exclusivamente digital, por meio do aplicativo Microsoft Teams, Id da Reunião: 228 810 090 493 5 Senha: G3NMAG67, conforme prevista na Lei nº 14.030 de 2020, para deliberar sobre a seguinte: **ORDEM DO DIA: Sessão Extraordinária** (i) Exame, discussão e votação sobre a proposta da Administração, aprovada pelo conselho de administração da Companhia em 16/05/2025, ad referendum da Assembleia Geral, de dação em pagamento ao Presidente do Conselho de Administração, Sr. Roberto Lombardi de Barros, para amortização de dívidas da Companhia, tendo em vista a descontinuidade das atividades da companhia e o custo do mútuo com a parte relacionada a todos os ativos da Companhia, materiais e imateriais, pelo valor de R\$ 1.497.000,00 (um milhão e quatrocentos e noventa e sete mil reais), conforme avaliação da empresa Apis (ap-0020025), disponível em www.cbetedoBrasil.com.br; (ii) Exame, discussão e votação sobre proposta da Administração, em conformidade com o artigo 170, parágrafo 1º, inciso I da Lei das S.A., para concessão de novo prazo de subscrição de ações decorrentes do aumento de capital deliberado na Assembleia Extraordinária e Ordinária realizada em 30/08/2024, que deverão ser subscritas em até 30 (trinta) dias a contar do primeiro dia útil seguinte a essa AGE/O, caso aprovada extensão de prazo em Assembleia, sendo que as sobras poderão ser subscritas por quaisquer dos acionistas interessados no primeiro dia útil após o período de 30 (trinta) dias. **Sessão Ordinária:** (i) Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2024, publicadas nas versões digital e física do Jornal O Dia SP em 27 de maio de 2025, e também disponíveis em www.cbetedoBrasil.com.br (ii) Deliberação sobre o resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (iii) Deliberação sobre a não distribuição de dividendos aos acionistas; (iv) eleição dos membros do Conselho de Administração; e (v) Deliberação sobre o valor anual máximo da remuneração aos Membros do Conselho de Administração e dos Diretores da Companhia. Com vistas a permitir a organização dos trabalhos, solicitamos que eventuais procurações outorgadas pelos acionistas e seus representantes sejam encaminhadas para e-mail marcela.correia@interfloat.com.br com 48h (quarenta e oito horas) de antecedência da AGE/O. Atençiosamente, Roberto Lombardi de Barros - Presidente do Conselho de Administração.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

CNPJ nº 01.222.069/0001-22 – NIRE 35.300.320.557

Ata Sumária da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30.4.2025

Data, Hora, Local: Em 30.4.2025, às 11h30, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. **Mesa:** Presidente: Cassiano Ricardo Scarpelli; Secretário: Vinicius Panaro. **Quórum de Instalação:** Totalidade do capital social. **Presença Legal:** Administrador da Sociedade e representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda. **Edital de Convocação:** Dispensada a publicação, em conformidade com o disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Publicações Prévias:** Os documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, quais sejam: os Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social findo em 31.12.2024, foram publicados em 28.3.2025 no jornal “O DIA SP”, páginas 14 e 15. **Disponibilização de Documentos:** Os documentos citados no item “Publicações Prévias”, a proposta da Diretoria, bem como as demais informações exigidas pela regulamentação vigente foram colocados sobre a mesa para apreciação dos acionistas. **Deliberações:** 1) Tomaram as contas dos Administradores e aprovaram integralmente as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2024; 2) Aprovaram a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31.12.2024 no valor de R\$64.280.008,77 (sessenta e quatro milhões, duzentos e oitenta mil, oito reais e setenta e sete centavos) da seguinte forma: R\$3.214.004,44 (três milhões, duzentos e quatorze mil reais e quarenta e quatro centavos) para a conta “Reserva de Lucros - Reserva Legal”; R\$60.455.348,25 (sessenta milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e quarenta e oito reais e vinte e cinco centavos) para conta “Reserva de Lucros - Estatutária”; e R\$610.660,08 (seiscentos e dez mil, seiscentos e sessenta reais e oito centavos) para pagamento de dividendos, até 31.12.2025. **Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que, para as deliberações tomadas, o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado, e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata que, aprovada por todos os presentes, inclusive pelo representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda., Vinicius Máximo, inscrição CRC SP285464/O-0, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Presidente: Cassiano Ricardo Scarpelli; Secretário: Vinicius Panaro; Administrador: Guilherme Muller Leal; Acionistas: Banco Bradesco BBI S.A., representado por seus diretores Osvaldo Tadeu Fernandes e Antonio Campanha Junior e Serel Participações em Imóveis S.A., representados por seus procuradores, Dagilson Ribeiro Carnevali e Marcelo Fonseca; Auditor: Vinicius Máximo. **Declaração:** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi.** a) Vinicius Panaro - Secretário. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certificado o registro sob o número 180.931/25-8, em 5.6.2025. a) Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral.

UNILEILOES

LEILÕES

2ª VARA CÍVEL DO FORO E DA COMARCA DE JAGUARIÚNA/SP

EDITAL DE ALIENAÇÃO POR INICIAT. PART. ONLINE - VERSÃO RESUMIDA PARA PUBLICAÇÃO - Art. 887, § 3º/CPC. Fabiana Cusato - Leiloeira Oficial - JUCESP 619. 2ª **Vara Cível do Foro e da Comarca de Jaguariúna/SP**. Proc.: nº 00027689-88.2008.8.26.0292. REQUERIDO: ADALBERTO PEREIRA JUNIOR (CPF: 223.131.218-28). BEM A SER PRACEADO: Apartamento, com área útil de 89,23m² e área total de 122,2011 m², na Rua Vicente Maudonot dos Santos, 19, APTO 23, Edifício Beira Rio, Jaguariúna/SP De acordo com o perito, constam 03 dormitórios avarrandados com 01 suite e demais dependências e 02 vagas de garagem em regular estado de conservação. Matrícula nº 11.935 do CRI de Pedreira/SP AVALIAÇÃO: R\$ 467.523,35. Não serão aceitas aquelas inferiores a 60% do valor de avaliação atualizado. DATA: Início em 27/06/2025 às 10H00MIN, e término em 28/07/2025 às 10H00MIN. Fica o requerido ACIMA e demais interessados, INTIMADOS das designações supra, caso não seja(m) localizado(a)s para a intimação pessoal.

Informações: Edital completo no SITE: WWW.UNILEILOES.COM.BR, ou e-mail: juridico@unileiloes.com.br

SINDICATO DOS FISCAIS DE POSTURAS MUNICIPAIS, AGENTES VISTORES E AGENTES DE APOIO FISCAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - SAVIM

R. Cel. Xavier de Toledo, 316 – 12º and. – Cj. 120 – Centro
São Paulo – SP

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Nos termos dos artigos 6º, 7º, 9º, 10, 11 e 53 e demais disposições dos Estatutos Sociais atinentes à espécie, ficam os Srs. Associados convocados para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 08/07/2025, com início às 10h00, em primeira chamada, na sede do Sindicato.

ORDEM DO DIA: 1 –Valor da contribuição mensal. 2-Autorização para proposição de Ação Judicial de Indenização por Danos Morais Coletivos em face do Vereador Rubens Alberto Gatti Nunes.

São Paulo, 26 de junho de 2025.

MÁRIO ROBERTO FORTUNATO
Diretor Presidente

Edital de Intimação - Prazo: 20 dias. Processo nº. 1006910-79.2017.8.26.0309. O Dr. Marcio Estevam Fernandes, MM. Juiz de Direito da 4ª **Vara Cível da Comarca de Jundiá/SP**, na forma da lei etc. FAZ SABER a **Wilma Celeste dos Santos** (CPF nº 027.260.978-12), que lhe foi proposta uma ação de Execução, bem como contra Glf Noronha dos Santos, para a cobrança de R\$ 122.922,04 (base 20/03/2017), e requerida por **Vale Verde Empreendimentos Imobiliários e Comercio Ltda. e San Can Empreendimentos Imobiliários e Comercio Ltda**. Encontrando-se a executada em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL da penhora do seguinte bem: lote de terreno urbano, sem benfeitorias, nº 40, quadra “Q”, loteamento Jardim Vila Verde - Fase I, Sítio Correa, Bairro do Correa, de matrícula nº 128.207, do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Jundiá. Fica a executada intimada para que no prazo de 15 dias, após o decurso do edital de 20 dias, ofereça recurso sobe pena de prosseguimento e expropriação do bem. Será o presente edital publicado e afixado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, 24 de março de 2025.

Bradesco Elo Participações S.A.

CNPJ nº 09.226.810/0001-00 – NIRE 35.300.349.415

Ata Sumária da Assembleia Geral Ordinária realizada em 1º de abril de 2025

Data, Hora, Local: Em 1.4.2025, às 9h30, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. **Mesa:** Presidente: Vinicius Urias Favarão; Secretário: Vinicius Panaro. **Quórum de Instalação:** Totalidade do Capital Social. **Presença Legal:** Administrador da Sociedade e representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda. **Publicações Prévias:** Os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, quais sejam: os Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social findo em 31.12.2024 foram publicados em 29.3.2025 no jornal “O DIA SP”, páginas 7 e 8. **Edital de Convocação:** Dispensada a publicação do Edital de Convocação, de conformidade com o disposto no §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Disponibilização de Documentos:** Os documentos citados no item “Publicações Prévias”, as propostas da Diretoria, bem como as demais informações exigidas pela regulamentação vigente foram colocados sobre a mesa para apreciação do acionista. **Deliberações:** 1) tomaram as contas dos Administradores e aprovaram integralmente as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2024; 2) aprovaram a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31.12.2024, no valor de R\$382.263.708,07 (trezentos e oitenta e dois milhões, duzentos e sessenta e três mil, setecentos e oito reais e sete centavos) da seguinte forma: R\$19.113.185,40 (dezenove milhões, cento e treze mil, cento e oitenta e cinco reais e quarenta centavos) para a conta “Reserva de Lucros - Reserva Legal”; R\$317.596.226,30 (trezentos e dezessete milhões, quinhentos e noventa e seis mil, duzentos e vinte e seis reais e trinta centavos) para conta “Reserva de Lucros - Estatutária”; e R\$45.554.296,37 (quarenta e cinco milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e noventa e seis reais e trinta e sete centavos), para pagamento de dividendos, o qual deverá ser feito até 31.12.2026. **Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que, para as deliberações tomadas o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado, e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata que, aprovada por todos os presentes, inclusive pelo representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda., Gustavo Mendes Bonini, inscrição CRC 1SP296875/O-4, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Presidente: Vinicius Urias Favarão; Secretário: Vinicius Panaro; Acionista: Bradesco Holding de Investimentos S.A., representada por seus Diretores, Vinicius Urias Favarão e Vinicius Panaro; Administrador: Cassiano Ricardo Scarpelli; Auditor: Gustavo Mendes Bonini. **Declaração:** Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Bradesco Elo Participações S.A.** a) Vinicius Panaro - Secretário. **Certidão** - Secretária de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certificado o registro sob o número 178.107/25-6, em 3.6.2025. a) Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral.

ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A.

CNPJ nº 14.370.342/0001-08 – NIRE 35.300.413.270

Ata Sumária da Assembleia Geral Ordinária realizada em 23.4.2025

Data, Hora, Local: Em 23.4.2025, às 11h, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Cinza, 1º andar, Sala 2, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. **Mesa:** Presidente: Fábio Suzigan Dragone; Secretário: Vinicius Panaro. **Quórum de Instalação:** Totalidade do capital social. **Presença Legal:** Administrador da Sociedade e representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda. **Edital de Convocação:** Dispensada a publicação de conformidade com o disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Publicações Prévias:** Os documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, quais sejam: os Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social findo em 31.12.2024 foram publicados em 14.3.2025, na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), em atendimento ao disposto no Artigo 289 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. **Disponibilização de Documentos:** Os documentos citados no item “Publicações Prévias”, a proposta da Diretoria, bem como as demais informações exigidas pela regulamentação vigente foram colocados sobre a mesa para apreciação dos acionistas. **Deliberações:** 1) Aprovaram integralmente as contas da administração e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2024; 2) Aprovaram a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31.12.2024 no valor de R\$720.449,17 (setecentos e vinte mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e dezessete centavos), da seguinte forma: R\$36.022,46 (trinta e seis mil, vinte e dois reais e quarenta e seis centavos) para a conta “Reserva de Lucros - Reserva Legal”; R\$677.582,44 (seiscentos e setenta e sete mil, quinhentos e oitenta e dois reais e quarenta e quatro centavos) para a conta “Reserva de Lucros - Estatutária”; e R\$6.844,27 (seis mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e vinte e sete centavos) para pagamento de dividendos, até 30.6.2025, à Bradesco Holding de Investimentos S.A. **Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que, para as deliberações tomadas o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado, e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata que, aprovada por todos os presentes, inclusive pelo representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda., Vinicius Máximo, inscrição CRC SP285464/O-0, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Presidente: Fábio Suzigan Dragone; Secretário: Vinicius Panaro; Administrador: Vinicius Panaro; Acionista: Bradesco Holding de Investimentos S.A., representada por seus diretores Vinicius Urias Favarão e Rafael Padilha de Lima Costa; Auditor: Vinicius Máximo. **Declaração:** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A.** a) Vinicius Panaro - Secretário. **Certidão** - Secretária de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certificado o registro sob o número 175.461/25-9, em 28.5.2025. a) Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ nº 08.769.451/0001-08 – NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 108ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 108ª Série da 4ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Gerativinha, nº 207, 16º andar, conjunto 162, Butantã, CEP 05501-030 (“**CR1**”, “**Titulares dos CR1**”, “**Emissão**”, e “**Emissora**” respectivamente e a, **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ sob nº 22.610.500/0001-88, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020 (“**Agente Fiduciário**”), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em primeira convocação, para Assembleia Geral de Titulares dos CR1 (“**Assembleia**”), a ser realizada em **15 de julho de 2025, às 10:00 horas**, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams, conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“**Resolução CVM 60**”) e cláusula 11.3 do “**Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificadoss de Recebíveis Imobiliários da 108ª Série da 4ª Emissão da Virgo Companhia de Securitização (atual denomição da lsc Securitizadora S.A.)**”, celebrado em 15 de maio de 2020 (“**Termo de Securitização**”), nos termos deste edital, para deliberar sobre: (i) Aprovar que a Emissora promova a liberação da garantia de alienação fiduciária de imóveis, constituída sobre as unidades relacionadas abaixo, cujas matrículas se encontram no anexo II do material de apoio, mesmo sem a quitação dos imóveis, em exceção à cláusula 3.7 da Cédula de Crédito Bancário nº SCR201 – Financiamento Bancário, emitida em 15 de maio de 2020 (“**CCB**”):

Unidade	Matrícula	Cartório de Registro Geral de Imóveis
---------	-----------	---------------------------------------

Um terreno localizado na Rua Soldado João Carlos de Oliveira Júnior nº 235 (“**Imóvel Condessa**”) 89.591 Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Indaítuba/SP

lote de terra sob nº 19 da quadra G, do loteamento denominado Jardim Maison Du Parc (“**Imóvel Maison**”) 89.356 Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Indaítuba/SP

unidade autônoma nº 51 (“**Imóveis Paulista**”) 123.741 (matrícula mãe) / 127.126 (matrícula individualizada) Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Indaítuba/SP

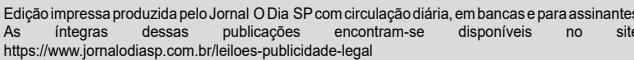
unidade autônoma nº 62 (“**Imóveis Paulista**”) 123.741 (matrícula mãe) / 127.131 (matrícula individualizada) Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Indaítuba/SP

unidade autônoma nº 61 (“**Imóveis Paulista**”) 123.741 (matrícula mãe) / 127.130 (matrícula individualizada) Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Indaítuba/SP

Imóvel Jardim do Bosque 66.228 Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Salto/SP

Informações Gerais aos Titulares de CR1: o material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CR1 está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo-inc e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em primeira convocação, será com a presença de Titulares de CR1 que representem, no mínimo, 23 (dois terços) dos CR1 em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, conforme cláusula 11.9 do Termo de Securitização. Já as deliberações serão tomadas, a matéria deverá ser aprovada em primeira convocação por Titulares de CR1 que representem a maioria simples dos CR1 em Circulação e em qualquer convocação subsequente, por Titulares dos CR1 que representem, no mínimo, maioria simples dos CR1 presentes, desde que os presentes em qualquer Assembleia Geral de Titulares dos CR1, em segunda convocação, representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos CR1 em Circulação, nos termos da cláusula 11.16, item (viii), do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema “Microsoft Teams” de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora. Aqueles Titulares dos CR1 que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para juridico@virgo-inc ou o Agente Fiduciário para agente.fiduciario@vortex.com.br e gid@vortex.com.br, identificando no título a operação, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular de CR1 poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48h (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância em sua página eletrônica <https://virgo-inc> e através do seu material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CR1 na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular do CR1 ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular do CR1 ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CR1 com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 24 de junho de 2025. **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0007681-57.2024.8.26.0009. A MM. Juíza de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional IX - Vila Prudente, Estado de São Paulo, Dra. Renata Palmeiro Pereira, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a DANIELLE VIANA DA SILVA, RG 28968



Companhia de Participações Aeroportuárias

CNPJ 09.352.896/0001-42

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia: 1.1. **Aos acionistas:** Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. São Paulo, 25 de junho de 2025. A Administração.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)									
Ativo	Nota	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2024	2023		
Circulante		15.455	1.493	Circulante		12.276	3.009		
Caixa e equivalentes de caixa	6	4.887	19	Fornecedores		353	100		
Aplicações financeiras	6	10.363	1.464	Imposto de renda e contribuição social		8.697	-		
Tributos a recuperar		205	10	Impostos e contribuições a recolher		10	303		
Não circulante		126.371	89.303	Juros sobre capital próprio a pagar	10,6	3.216	-		
Investimentos	9,1	126.371	89.303	Mútuos com partes relacionadas	10	129.550	87.787		
Total do Ativo		141.826	90.796	Patrimônio líquido		-	-		
				Capital social		63.201	63.201		
				Reserva de capital		5.358	5.358		
				Reserva de lucros		3.858	-		
				Ajuste de avaliação patrimonial		57.133	31.116		
				Prejuízos acumulados		-	(11.888)		
				Total do passivo e patrimônio líquido		141.826	90.796		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)									
Reserva de lucros									
	Nota	Capital social	Reserva de capital	Legal	Reserva de retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total	
Saldos em 1º de janeiro de 2023		63.201	5.358	-	-	36.274	(36.988)	67.845	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	25.100	25.100	
Destinações:		-	-	-	-	-	-	-	
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	(5.158)	-	(5.158)	
Saldos em 31 de dezembro de 2023		63.201	5.358	-	-	31.116	(11.888)	87.787	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	19.530	19.530	
Destinações:		-	-	-	-	-	-	-	
Juros sobre capital próprio em 23 de dezembro de 2024 (líquido)	10,5	-	-	-	-	-	(3.216)	(3.216)	
Juros sobre capital próprio em 23 de dezembro de 2024 (IRRF)	10,5	-	-	-	-	-	(568)	(568)	
Reserva de retenção de lucros	10,3	-	-	-	3.476	-	(3.476)	-	
Reserva legal	10,2	-	-	382	-	-	(382)	-	
Ajuste de avaliação patrimonial	10,6	-	-	-	-	26.017	-	26.017	
Saldos em 31 de dezembro de 2024		63.201	5.358	382	3.476	57.133	-	129.550	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2024	2023
Custos dos serviços prestados	(291)	(1.263)	
Serviços	(194)	(392)	
Impostos, taxas e despesas com cartão	(87)	(1.141)	
Despesas, provisões e multas indutíveis	-	289	
Outros	(10)	(19)	
Prejuízo bruto	(291)	(1.263)	
Resultado de equivalência patrimonial	9,2	28.313	26.905
Resultado antes do resultado financeiro	28.022	25.642	
Resultado financeiro	11	202	(521)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	28.224	25.121	
Imposto de renda e contribuição social - correntes	7,1	(8.694)	(21)
Lucro líquido do exercício	19.530	25.100	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)			
	2024	2023	
Lucro líquido do exercício	19.530	25.100	
Outros resultados abrangentes	26	146	
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado	26	146	
Ajuste patrimonial - plano de pensão em controlada	26	146	
Itens que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado	25.991	(5.304)	
Ajustes na conversão de demonstrações financeiras de controlada no exterior	25.991	(5.304)	
Total do resultado abrangente do exercício	45.547	19.942	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		19.530	25.100
Lucro líquido do exercício		19.530	25.100
Ajustes por:			
Resultado de equivalência patrimonial		9,2	(28.313)
Juros e variação monetária com partes relacionadas		11	313
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros		-	454
Rendimento de aplicação financeira		-	(568)
Variações nos ativos e passivos (Aumento) redução dos ativos		(195)	1.070
Tributos a recuperar		17.262	2.661
Dividendos a receber		-	-
Aumento (redução) dos passivos		252	97
Fornecedores		-	-
Impostos e contribuições a recolher e provisão imposto de renda e contribuição social		8.408	49
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(4)	-
Outras obrigações		-	(290)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		16.886	2.711
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		-	-
Aplicações financeiras líquidas de resgate		(8.331)	(1.396)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(8.331)	(1.396)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		-	-
Mútuos		-	-
Pagamento de principal e juros		(2.919)	(1.125)
Dividendos pagos a acionistas controladores		(568)	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(3.487)	(1.125)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		4.868	(350)
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		-	-
No início do exercício		19	369
No final do exercício		4.887	19
Total		4.868	(350)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

1. Contexto operacional: A Companhia de Participações Aeronáuticas – CPA (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, domiciliada na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, Brasil, na Av. Rua Dr. Carlos, 8501 5º andar - Pinheiros, que foi constituída em 23 de novembro de 2007 e tem como objeto social: (a) a gestão, o planejamento, o desenvolvimento, a operação comercial, o investimento e a operação de aeroportos públicos e privados, novos ou já existentes, e a prestação de serviços aeroportuários, tais como: estacionamento para carros, terminais de carga, hangares, bases de operações fixas e instalações de manutenção, reparo e voo, no Brasil e no exterior; (b) o investimento na aquisição de propriedades, terrenos, edificações e móveis em áreas rurais e/ou urbanas destinados à consecução dos itens anteriores; e (c) a participação como acionista, sócia ou cotista em outras sociedades, simples ou empresariais, e em empreendimentos de qualquer natureza, no Brasil e/ou no exterior, relacionados direta ou indiretamente com o negócio da Companhia, inclusive a participação em empresas de capital aberto, desde que a Companhia possua participação e os percentuais de participação pertencentes à CPA de forma direta ou indireta. **Holdings e Serviços:**

Empresa	País	Investidoras	% de participação
Curaçao Airports Investments N.V. (CAI)	Curaçao	CPA	51
Empresas relacionadas	País	Investidoras	% de participação
CAP	Curaçao	CAI	100
CARE	Curaçao	CAI	100

A CAI e a CARE, são empresas localizadas em Curuçá. A CARE não possui operações atualmente e a CAI tem por objeto social a participação em outras sociedades. A CAI é responsável pela operação do Aeroporto Internacional de Curuçá (Aeroporto Internacional Hatoyama). O prazo de concessão da CAI é de 25 anos, com possibilidade de renovação por mais 25 anos. A CAI é responsável pela **operação (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil):** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras consolidadas não estão sendo apresentadas separadamente, pois a CAI não possui outras atividades. **Base de mensuração:** As demonstrações Consolidadas por enquadrar-se no item (4) (iv) desse Pronunciamento. Além disso, sua controladora direta Motiva JI apresenta demonstrações consolidadas. Em 25 de junho de 2025, foi autorizada pela Administração a emissão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos efeitos das alterações mensuradas pelo valor justo através do resultado. **Método funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas em reais, a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os julgamentos não poderão gerar efeitos materiais nas demonstrações financeiras, mas podem afetar o resultado periódico. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal são apresentadas no item 2. **Políticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base em dados observáveis. **3. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Investimentos:** O investimento da Companhia em entidade contabilizada pelo método da equivalência patrimonial compreende sua participação

Controle de Contas: A Companhia controla uma entidade quando esta é exposta a, ou tem o poder de afetar esses resultados exercendo seu poder sobre ela. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

3.2. Moeda estrangeira: Transações com moeda estrangeira: Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para reais usando as taxas de câmbio vigentes no momento das operações. Os ganhos e as despesas de variação cambial decorrentes das variações das taxas de câmbio são reconhecidas na estratégia de negócios.

Operações no exterior: O resultado líquido das operações financeiras da Companhia em suas subsidiárias ajustadas às práticas contábeis adotadas no Brasil e posteriormente, convertidas para reais, incluindo os ativos e passivos são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação e as receitas e as despesas de operações no exterior são convertidas em Real à taxa de câmbio média mensal. As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em Outros Resultados Financeiros.

3.3. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial: O contábil a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um derivativo) é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um conta a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente: Os instrumentos financeiros são classificados como derivativos, se são classificados como mensurado: ao custo amortizado, ou ao VR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros no período dos estados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Os instrumentos financeiros são mensurados ao custo amortizado, sob condições a seguir e não são designado como mensurado ao VR:

- e mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos aos pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não mensurados ao custo amortizado são mensurados ao VR.

Os instrumentos financeiros classificados como ao VR ISO inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VR se isso eliminar ou reduzir significativamente um desequilíbrio contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros avaliados pelo método de negócio: A Companhia reconhece a avaliação do objetivo do modelo de negócios em um contrato de venda e mantém a carteira por completo. Quando a Companhia avalia o modo pelo qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração, as informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado nível de liquidez, a realização de ganhos de curto prazo, a geração de fluxo de caixa por meio de passivos relacionados ou saldos esperados de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; e
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; e
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócio) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- como a administração avalia o desempenho da carteira.

O modelo de negócios usado para avaliar os ativos financeiros também pode variar ao longo do tempo, já que os ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos:

- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, desde que os ativos sejam vendidos para o mesmo propósito e permaneçam sob o controle da mesma pessoa ou mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro

A avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos custos dos recursos empregados para gerar o ativo. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atendesse essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera os eventos contingentes que modificam o fluxo de caixa esperado. Os seguintes fatores podem resultar em ajustes aos fluxos de caixa incluindo taxa variável; • o pre-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia à fatura de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento atencioso é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua parte, valores não pagos razoáveis ​​para a rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor pago excede o valor nominal do contrato.

Ganhos e perdas: Os ganhos e as perdas são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado líquido.

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais ou o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Quando ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros ao VR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

[illegible][illegible]

• **Nível 2:** *Inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluindo o nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (*preços*) ou indiretamente (derivado de *preços*); e

• **Nível 3:** *premissas*, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de *preços* (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros – 5.1. Visão Geral

5.1.1. **Riscos de taxa de juros e inflação:** O risco de taxa de juros refere-se ao risco de que as taxas de juros: a) Risco de taxa de juros e inflação; b) Risco de taxas de câmbio; c) Risco financeiro e líquido. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. a) **Risco de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução de caixa decorrente das mudanças de oscilações de taxas de juros em relação sobre seus ativos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros nas aplicações financeiras que são em sua maioria vinculadas à variação do Certificado de Depósito Interbancário - (CDI). Detalhamentos desse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.º 6, 8 e 12. b) **Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos, bem como para a liquidação de passivos financeiros. Além disso, a Companhia possui exposição a taxas de câmbio em suas operações internacionais sob controle no exterior. c) **Risco financeiro e líquido:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. 5.1.2. **Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de não receber os pagamentos de ativos financeiros por inadimplência na respectiva data esperada. O quanto seguinte apresenta os passivos e ativos sob derivativos, por prazos de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial e data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem o pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	
35		
Forneecedores		
6. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras		
Caixa e equivalentes de caixa	2024	2023
Caixa e bancos	20	1
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	4.867	1
Total	4.887	1
Aplicações financeiras	2024	2023
Circulante	10.363	1.46
Aplicações financeiras (a)	10.363	1.46
Total	10.363	1.46

	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	28.224	25.127
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(9.596)	(8.541)
Imposto tributário das adições e exclusões permanentes		
Exclusões patrimoniais	9.628	9.747
Lucros auferidos no exterior	(15.239)	(3.118)
Juros sobre capital próprio	1.286	

9.3. Informações financeiras resumidas

	2024		
Controlada	Ativo circulante e não circulante	Passivo circulante e não circulante	Patrimônio líquido e não líquido
Curacao Airports Investments N.V. (CAI)	578.954	346.430	232.524
Total	578.954	346.430	232.524

10. Patrimônio líquido: 10.1. Capital social: O capital social da Companhia é de R\$ 63.210, composto por 118.717.661 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizadas. **10.2. Reserva legal:** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo n.º 193 da Lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **10.3. Reserva de retenção de lucros:** Foi constituída a razão de retenção do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei n.º 6.404/76. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração, e será aprovada pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária. **10.4. Dividendos:** Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Os requerimentos para cálculo do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2024, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

Lucro líquido exercício	2022	19,53
(-) Constituição de reserva legal		382
Lucro líquido ajustado		19,15
Dividendos mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado		4,78
Total de juros sobre capital próprio a pagar		(3,21)
Total de juros sobre capital próprio		(3,21)

Em 31 de dezembro de 2024, não houve a necessidade de constituição dos dividendos mínimos obrigatórios, devido a aprovação de juros sobre capital próprio. **10.5. Juros sobre capital próprio**

Em 23 de dezembro de 2024, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 3,784, relativo ao resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, correspondente ao montante líquido de R\$ 3,216, devido à retenção de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 568, referente aos pagamentos com disponibilidade de caixa da Companhia. **10.6. Ajuste de avaliação patrimonial**

O ajuste de avaliação patrimonial compreende: i) as diferenças cambiais relacionadas à conversão, dos ativos liquidados das operações no exterior, de suas moedas funcionais (dólar) para a moeda de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia (ou seja, Reais); ii) ganhos e as perdas atuariais do plano de pensão de benefício definido da controlada Curçaop Air Invest

Investimentos (CAI).			
11. Resultado financeiro		2024	2023
Despesas financeiras		(694)	(1.062)
Juros e variações monetárias e cambiais com partes relacionadas		(313)	(805)
Comissões sobre fianças		(199)	(194)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros		(1)	-
Outras despesas financeiras		(141)	(59)
Receitas financeiras		856	54
Juros e variações monetárias e cambiais com partes relacionadas		-	35
Resultado sobre aplicações financeiras		856	9
Juros sobre impostos a recuperar		-	9
		202	(521)
Resultado financeiro líquido			
12. Instrumentos financeiros: 12.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia do valor justo: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.			
		2024	2023
Ativo	Nível	15.250	1.48
Valor justo através do resultado		15.250	1.48
Caixa e bancos	Nível 2	20	1
Aplicações financeiras	Nível 2	15.230	1.46
Passivo		(3.569)	(2.706)

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2024	2023
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	-	30
Crédito presumido	-	825
IR do Exterior	-	797
Amortização aqui não incorporado sobre investimento	-	797
IR e CS não constituído sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	671	(592)
Outros ajustes tributários	4.556	24
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(8.694)	(21)
Impostos correntes	(8.694)	(21)
Alíquota efetiva de impostos	31%	0%

8. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia e outras partes relacionadas.

	2024			2023		
	Controlo- rada	Outras partes rela- cionadas	Total	Controlo- rada	Outras partes rela- cionadas	Total
Saldos						
Ativo	-	10	10	-	27	27
Bancos conta movimento	-	10	10	-	27	27
Passivo	2.573	643	3.216	2.606	-	2.606
Juros sobre capital próprio	2.573	643	3.216	-	-	-
Mídias.com partes relacionadas	-	-	-	2.606	-	2.606

[illegible]

Controlada	Atividade principal	% de participação em	31/12/2024			
			2024	2023	2024	2023
Curaçao Airports Investments						
N.V. (CAI)	Holding	51%	126.371	89.303	28.313	17.551
Total			126.371	89.303	28.313	17.551
9.2. Movimentação do investimento						
Saldos em 1º de janeiro						2024
Resultado de equivalência patrimonial						89.303
Dividendos						28.313
Ajuste de avaliação patrimonial						(17.262)
Saldos em 31 de dezembro						26.017
						126.371

2023			2024		2023	
	Passivo		Total das	Lucro	Total das	Lucro
	circulante e não	Patrimônio	receitas brutas	líquido de	receitas brutas	líquido de
	circulante	líquido	do exercício	exercício	do exercício	exercício
398.023	254.047	143.975	422.987	40.590	327.985	55.240
398.023	254.047	143.975	422.987	40.590	327.985	55.240

	2024	2023
Custo amortizado	(3.569)	(2.706)
Fornecedores e outras obrigações	(353)	(100)
Mútuos com partes relacionadas	-	(2.606)
Juros sobre capital próprio	(3.216)	-
Total	11.687	(1.228)

12.2. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros: Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de mútuos com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2025, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Ffeito em R\$ no resultado

Risco	Exposição em R\$ (a) (4)	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI	15.374	1.057	797	535
Efeito sobre as aplicações financeiras		1.057	797	535
Total do efeito líquido do ganho		1.057	797	535
A taxa de juros considerada foi (1):				
	CDI (2)	12.150%	15.1875%	19.2350%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo. No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável: (2) Taxa de 31/12/2024, divulgada pela B3; (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos dos Juros de 31/12/2024, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDF). 13. Demonstrações dos fluxos de caixa: 13.1. Atividades de financiamento: A Companhia classifica os fluxos de caixa como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações do contrato de concessão. Abaixo apresentamos o quadro de reconciliação das atividades de financiamento:	
	Mútuos com partes relacionadas
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(2.606)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	2.919
Pagamentos de principal e juros	(319)
Outras variações que não afetam o caixa	(319)
Juros e variações monetárias e cambiais	(319)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-

Composição do Conselho de Administração	
Ana Maria de Castro Rovali	Membro Efetivo
José Ricardo Hernandez Larios	Membro Efetivo
Marcus Vinicius Vieira Macedo	Membro Efetivo
Simon Daniel Locher	Membro Efetivo
Tobias Market	Membro Efetivo
Waldo Edwin Perez Leskovar	Membro Efetivo

Composição da Diretoria	
Waldo Edwin Perez Leskovar	Diretor Superintendente
Marcus Vinicius Vieira Macedo	Diretor

Contadora	
Pág. da Vera Cruz Campos Stancatti - CRC 1SP190868/O-0	

**Aos Acionistas e Administradores da
Companhia de Participações Aeroportuárias
São Paulo - SP**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Participações Aeroportuárias (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Participações Aeroportuárias em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas informações que ela determina serem relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de

distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais dos auditores sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada para reduzir o risco de fraude material do nível aceitável para o risco de fraude razoável. O resultado de nossos procedimentos de auditoria pode não ser suficiente para detectar distorções resultantes de fraude material do que a provisão de erro é. É que a fraude pode envolver a falta de burlar os controles internos, colusão, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. — Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. — Concluímos sobre a adequação do sistema de administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências

As auditorias obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar futura divulgação significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de junho de 2025

KPMG Auditores Independentes - CRC ZSP014428/0-6
Marcelo Gavioli - Contador CRC ISP201409/0-1

Brasia III Properties Investimentos Imobiliários S.A.

C.N.P.J. 30.545.265/0001-36

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL em 31/03/2025 E 31/03/2024			DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)			Históricos	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Reservas Capital/Legal	Total
Ativo	31.03.2025	31.03.2024					
Circulante			Saldo em março de 2023	148.065	(12.541)	2.000	137.524
Caixa e equivalentes de caixa	280	346	Aumento de capital	4.235	-	-	4.235
Impostos a recuperar	46	40	Prejuízo do exercício	-	(4.832)	-	(4.832)
Total do ativo circulante	326	386	Saldo em março de 2024	152.300	(17.373)	2.000	136.927
Não Circulante			Aumento de capital	4.824	-	-	4.824
Investimentos em controladas	140.892	136.552	Prejuízo do exercício	-	(543)	-	(543)
Total do ativo não circulante	140.892	136.552	Saldo em março de 2025	157.124	(17.916)	2.000	141.208
Total do Ativo	141.218	136.938					
Passivo	31.03.2025	31.03.2024	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
Circulante			Para o Exercício de 12 meses findo em 31/03/2025 e exercício de 12 meses findo em 31/03/2024				
Arrendamentos	7	5	Fluxo de caixa das atividades operacionais	31.03.2025	31.03.2024	Fluxo de caixa das atividades de Investimentos	
Despesas com pagar por participação em investida	-	-	Prejuízo do período	(543)	(4.832)	Adiantamento para futuro aumento de capital em coligadas	(4.445) (5.250)
Impostos a recolher	3	5	Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			(=) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(4.445) (5.250)
Total do passivo circulante	10	10	Equivalência patrimonial em controladas e coligadas	105	(141)	Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Patrimônio Líquido			Encerramento de participação em controlada	-	415	Aumento de capital	4.824 4.235
Capital	157.124	152.300	Aumento (redução) do ativo e passivo operacionais:			(-) Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	4.824 4.235
Reservas	2.000	2.000	Impostos a recuperar	(7)	(16)	Aumento/Redução no caixa e equivalentes no período	(66) (5.596)
Prejuízos acumulados	(17.916)	(17.373)	Fornecedores	2	2	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	346 5.942
Total do patrimônio líquido	141.208	136.928	Impostos a recolher	(2)	(9)	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	280 346
Total do Passivo	141.218	136.938	(=) Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(445)	(4.581)	Aumento/Redução no caixa e equivalentes no período	(66) (5.596)
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/03/2025				
Para o Exercício de 12 meses findo em 31/03/2025 e exercício de 12 meses findo em 31/03/2024			1 - Contexto Operacional: A empresa Brasília III Properties Investimentos Imobiliários S.A., tem como objeto a aquisição e venda de imóveis, locação de imóveis próprios, incorporação de imóveis e loteamentos de terrenos, execução das atividades incidentais ou acessórias as anteriores, e participação em outras sociedades simples ou empresariais.				
Despesas operacionais	31.03.2025	31.03.2024	Apresentação das Demonstrações e Práticas Contábeis: As Demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Contabilidade Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC .				
Gerais e administrativas	(449)	(4760)	São Paulo, 13 de junho de 2025				
Outras operações							
Operacionais líquidas	(51)	(399)					
Equivalência patrimonial	(105)	135					
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(605)	(5.024)					
Despesas financeiras	107	31					
Receitas financeiras	(19)	(31)					
Resultado financeiro	(518)	(4.745)					
Prejuízo antes dos impostos	(518)	(4.745)					
Impostos correntes	(25)	(87)					
Prejuízo líquido do exercício	(543)	(4.832)					

BRZ Brasia II (C) Investimentos Imobiliários S.A.

C.N.P.J. 35.121.721/0001-34

[illegible]

